

# Relações de poder e movimentos sociais: a luta pelos direitos na sociedade contemporânea

- ◆ **Capítulo 6**  
Poder, política e Estado, 136
- ◆ **Capítulo 7**  
Democracia, cidadania e direitos humanos, 170
- ◆ **Capítulo 8**  
Movimentos sociais, 194

RUBENS CHAVES/PULSAR IMAGENS



A escultura *Os guerreiros*, do artista plástico Bruno Giorgi, popularmente conhecida como "Os dois candangos", está no centro da Praça dos Três Poderes, em Brasília (DF), sede das funções legislativa, executiva e judiciária do Brasil. Representa os trabalhadores de diferentes partes do país que colaboraram na construção da capital federal. Foto de 2014.

# Poder, política e Estado

Ao final deste capítulo, você será capaz de:

- Compreender os conceitos da Ciência Política: poder, política, Estado e governo.
- Identificar as inter-relações entre o poder, a política e o Estado, bem como suas influências no cotidiano.
- Analisar como as relações de poder afetam e compõem todas as esferas da vida social.

ARQUIVO/ICPDOC/JB/OLHA PRESS



A Praça dos Três Poderes tomada por tanques em 1º de abril de 1964, dia do golpe militar que instaurou um regime responsável pela violação de direitos políticos e civis.



A Praça dos Três Poderes é também palco de manifestações populares. A pressão exercida pelo povo foi fundamental no *impeachment* do presidente Fernando Collor. Na foto, ato realizado em 29 de setembro de 1992, em Brasília (DF).



O presidente eleito Luiz Inácio Lula da Silva recebe a faixa presidencial de seu antecessor, Fernando Henrique Cardoso, no Parlatório do Palácio do Planalto, em Brasília (DF, 2003).



#### ◆ Questão motivadora

A política e o Estado são capazes de assegurar justiça e direitos a todos os cidadãos?



## 1

## Primeiras palavras

O impeachment de Fernando Collor de Mello, primeiro presidente eleito após 29 anos sem eleições diretas para o cargo, mostra que a legitimidade do Estado depende de diversos fatores sociais para sustentar o poder de seu maior representante. Collor foi eleito por um partido pequeno, o Partido da Reconstrução Nacional (PRN, atual Partido Trabalhista Cristão), governou o país por meio de medidas provisórias impopulares e foi alvo de denúncias de corrupção. Em pouco tempo, ele se viu confrontado com intensas manifestações de rua, que exigiam que seu mandato fosse interrompido e que compuseram o chamado movimento Fora Collor, caracterizado pela atuação dos jovens "caras-pintadas". Em 1992, Collor renunciou após a Câmara dos Deputados ter votado pelo seu impeachment.

Ao discutirmos o tema "poder, política e Estado", identificaremos as definições de cada termo, mostrando as relações entre eles e as diferentes práticas sociais, bem como a importância da participação política de cada cidadão.

Capa do jornal *Folha de S.Paulo*, de 30 de setembro de 1992, com a notícia do impeachment do presidente Fernando Collor de Mello.

CAETO



O governo Fernando Collor perdeu sustentação política desde sua posse em 1990. No início de 1992, diversas denúncias de corrupção culminaram no seu impedimento. As mídias impressa e televisiva exerceram importante papel nesse processo.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

### Cronologia

1651	Tomada da Bastilha, início da Revolução Francesa e do fim do absolutismo francês.	1789	A Revolução Russa cria a República Socialista Federativa Soviética da Rússia.	1871	Adolf Hitler assume o poder na Alemanha, dando início ao regime nazista.	1917	Início da Segunda Guerra Mundial.
Thomas Hobbes publica <i>Leviatã</i> , em defesa do absolutismo.	É criada a Comuna de Paris.		Benito Mussolini assume o poder na Itália, iniciando o regime fascista.		Sérgio Buarque de Holanda publica <i>Raízes do Brasil</i> .	1922	John Maynard Keynes publica <i>Teoria geral do emprego, do juro e da moeda</i> .
					John Maynard Keynes publica <i>Teoria geral do emprego, do juro e da moeda</i> .	1933	Golpe civil-militar no Brasil destitui o governo eleito democraticamente e dissolve o Congresso Nacional.
						1936	
						1939	
						1964	

## 2

# Poder, política e Estado

Muitas vezes, os termos política, poder e Estado são utilizados como sinônimos. No entanto, do ponto de vista sociológico, ainda que exista profunda ligação entre eles, são analisados como elementos distintos. Podemos entender o poder como a possibilidade de exercer influência sobre a conduta de outros em determinada relação social (como veremos adiante, o poder perpassa diferentes relações sociais, mesmo as de amizade e as familiares). A política pode ser vista como os *meios* pelos quais um sujeito ou grupo se organiza, exerce o poder ou o conquista. Já o Estado é um modo específico de exercício do poder e a forma como se organiza o sistema político na maioria das sociedades modernas. Existem sociedades tradicionais nas quais o Estado não existe; do mesmo modo, o pensamento anarquista defende a autogestão sem a presença dominadora do Estado para a construção de uma sociedade justa e igualitária.

## Poder

De acordo com o sociólogo alemão Max Weber, o poder refere-se à imposição da própria vontade numa relação social, mesmo quando há resistência alheia. Nesse sentido, todas as relações sociais que estabelecemos com indivíduos, instituições e coletividades são também relações de poder, que podem se apresentar de maneira explícita ou não.

Por exemplo, as relações familiares são relações sociais carregadas de poder. Os membros de um núcleo familiar exercem poder uns sobre os outros em diferentes níveis. Os filhos, em várias situações, agem com base nas orientações e vontades dos pais. Quando um adolescente é convidado para uma festa de amigos, o horário em que deve retornar pode obedecer a uma orientação ou determinação dos progenitores, embora pessoalmente ele desejasse ficar mais tempo na comemoração. Esse poder familiar pode ser caracterizado como direto (explícito), quando o horário de retorno é claramente determinado pelos responsáveis – “Você pode ir, mas deve retornar até meia-noite” –, ou indireto, no caso em que, apesar de não ter sido dito de maneira clara, o horário de retorno da festa é determinado em função dos responsáveis – “À meia-noite tenho de estar em casa, senão meus pais vão ficar preocupados”. Nos dois exemplos, a conduta do adolescente foi condicionada pelos responsáveis, que impuseram sua vontade: o jovem deveria estar em casa em um horário específico.

## Livro

- ♦ COUTINHO, João Pereira; PONDÉ, Luiz Felipe; ROSENFIELD, Denis. *Por que virei à direita*. São Paulo: Três Estrelas, 2012.

O livro é composto de três ensaios, onde cada autor (dois filósofos e um jornalista e cientista político) desvelam as razões de suas opções políticas conservadoras. Por meio de análises teóricas e também da observação do cotidiano político, discutem o papel do sujeito em governos de esquerda e questionam a garantia da existência da liberdade na democracia.





WAVEBREAK MEDIA/EASYPIC



ASIA IMAGESMASTERFILE/LATINSTOCK

Os membros de um grupo familiar exercem poder uns sobre os outros, o que se manifesta nas práticas cotidianas, como em uma conversa entre mãe e filha ou uma ida às compras.

O inverso também ocorre. Em muitos casos, a conduta dos pais é influenciada direta ou indiretamente pelos filhos. Quando uma criança pede um presente aos pais e eles atendem ao pedido, há um exercício de poder explícito sobre eles. Quando os pais ou adultos de uma família compram o presente para a mesma criança, levando em conta um possível desejo dela – “Vou comprar esse brinquedo porque ele (ou ela) vai adorar” –, o mesmo processo está em curso; ou seja, há o exercício de poder da criança sobre os pais, só que agora de modo indireto.

No caso da análise das relações familiares, temos um exemplo de poder que é reconhecido legalmente. Há situações em que esse reconhecimento é somente social, mas isso não diminui sua efetividade. Não há norma legal que indique a necessidade de agir conforme a vontade de um amigo ou uma amiga, ou ainda do grupo do qual faz parte. No entanto, muitas vezes a conduta de um indivíduo é pautada pelo atendimento à vontade,

explícita ou não, de alguém por quem ele tem apreço. Por exemplo, muitas vezes assistimos a um filme ou a uma peça de teatro não por gostarmos, mas por influência de um amigo ou uma amiga. Nessa situação, há o exercício de poder de um indivíduo sobre outro. Ainda que não sejamos obrigados a fazer isso, essa atitude constitui uma forma de agir para obter reconhecimento social e desenvolver o sentimento de pertencimento a um grupo.

Perceptível nas relações privadas, o poder apresenta contornos ainda mais claros na esfera pública. As relações de classe, o controle social, o exercício da autoridade, as leis e normas sociais, o poder dos governantes sobre os governados e a indústria cultural são exemplos do exercício de poder na sociedade. Essas formas de poder se caracterizam pela capacidade de influenciar, simultaneamente, a conduta coletiva de uma grande quantidade de pessoas.



RICH BOWEN/ALAMY/GLOW IMAGES

Grupo de amigos em confraternização durante um festival de música. As relações de amizade também contêm elementos de poder. Ser acolhido ou rejeitado define o reconhecimento ou o isolamento de uma pessoa em seu ambiente social, o que pode ampliar ou limitar o campo de atuação de um indivíduo em relação a seus pares. Londres (Reino Unido, 2012).

Quando um empresário estabelece as normas de conduta para os trabalhadores de sua empresa, ele exerce poder sobre eles na medida em que define o modo de agir desses indivíduos no espaço da empresa e no exercício de suas atividades profissionais. A legitimidade para o exercício desse poder são as relações de produção da sociedade capitalista, que permitem ao patrão determinar a conduta dos empregados desde que não infrinja as normas previstas na legislação.

Quando um governante, no exercício de sua função, estabelece normas e regras sociais que devem ser cumpridas por todos, também se configura uma relação de poder. Por exemplo, a decisão de um prefeito sobre os locais onde é permitido o estacionamento de automóveis interfere na conduta dos motoristas. A demarcação de vagas especialmente destinadas a idosos e a portadores de necessidades específicas da mesma forma indica a regulamentação do espaço público, no caso visando atender a demandas de um grupo social definido. O respeito a essas vagas especiais depende da aceitação social de que aquele direito deve ser reconhecido.

## Formas de exercício do poder

As relações de poder estão disseminadas por toda a sociedade. Como vimos no tópico anterior, estão presentes nas relações mais simples (entre dois indivíduos) e nas mais complexas (em uma empresa, cidade ou país). Têm em comum o fato de serem meios de influenciar a conduta alheia.

São numerosas as formas de exercício do poder. Podemos destacar três predominantes: o poder econômico, o ideológico e o político. O primeiro se baseia na posse de bens materiais, como os meios de produção (o poder do patrão sobre o empregado). O segundo se serve de ideias ou de informações para influenciar comportamentos (o poder dos meios de comunicação sobre as pessoas). O último se vale de instrumentos e de técnicas para influenciar a conduta alheia (o poder de convencimento de partidos e candidatos sobre os eleitores durante um pleito político), por exemplo.

O poder econômico consiste na utilização de bens materiais como forma de exercer influência sobre a conduta de indivíduos, instituições e sociedades. Nas últimas décadas, a primazia desse poder coube ao capital financeiro. Desse modo, os banqueiros exercem grande influência nas decisões econômicas das sociedades, direcionando as ações de indivíduos, grupos e governantes nos mais diferentes níveis. Podemos destacar que o debate atual sobre o Estado aponta para o predomínio do poder econômico sobre as decisões de Estado. Esse predomínio leva à perda de soberania fundamentada nos interesses coletivos da maioria da população, que fica submetida aos interesses privados das grandes corporações econômicas (quer sejam financeiras, quer sejam industriais).

O poder ideológico consiste na capacidade de influenciar a formação de ideias e práticas sociais para construir padrões de comportamento que reproduzem determinado modo de perceber o mundo. Nas sociedades contemporâneas, esse poder é mais facilmente percebido nos meios de comunicação de massa e nas diferentes formas de educação, assim como nos discursos científico e religioso. Como elementos centrais no processo de construção das identidades sociais, eles influenciam o modo como indivíduos e grupos interpretam os fatos e agem em seu cotidiano. O controle sobre esses elementos permite o exercício do poder ideológico.



As leis de trânsito são exemplos de relação de poder e de definição de usos do espaço público. Na imagem, desrespeito à lei de uso da ciclofaixa, estabelecida pela prefeitura do município de São Paulo (SP, 2015).

### Filme

#### ◆ Arquitetos do poder

Brasil, 2010.  
Direção: Alessandra Aldé e Vicente Ferraz.  
Duração: 90 min.

As relações entre mídia e política no Brasil mostradas por meio de depoimentos e imagens de arquivo.



NEW YORK STOCK EXCHANGE/ZUMAPRESS/GLOW IMAGES

Pregão da Bolsa de Valores de Nova York (Estados Unidos, 2013). Um dos principais centros do capital financeiro global, capaz de influenciar as políticas de Estado em todo o planeta.

O poder político se refere à possibilidade de uso da força como último recurso para a imposição da vontade sobre determinada coletividade. Não se baseia somente na coação física, mas na produção de consenso acerca dos instrumentos que devem ser utilizados para impor essa vontade. De acordo com o filósofo italiano Norberto Bobbio, o monopólio legítimo desses instrumentos constitui o poder político, ou seja, o consenso social de que aquele que detém o poder político pode fazer valer sua vontade sobre a coletividade em determinadas condições sociais e históricas preestabelecidas.

### Quem escreveu sobre isso

Estabeleça com os alunos possíveis relações entre este conteúdo e as discussões realizadas na Unidade 2 sobre ideologia e controle social.

LUCA BRUNI/CAP PHOTO/GLOW IMAGES



#### Norberto Bobbio

Professor universitário, o italiano Norberto Bobbio concluiu o curso de Direito na Universidade de Turim, em 1931, e se engajou no movimento de resistência que combateu o fascismo. Produziu vasta obra, que abrange as áreas de Filosofia do Direito, Filosofia Política, Ética, História das Ideias, entre outras. Em 1984, foi nomeado senador vitalício pelo então presidente da Itália, Sandro Pertini.

Norberto Bobbio, em foto de 1996, analisou e sistematizou as relações entre Estado e democracia.

### O poder legítimo e as formas de dominação

As formas de exercício do poder podem ser legítimas ou não. Segundo Max Weber, elas são legítimas quando a influência exercida é aceita por aqueles que se submetem à vontade do outro, como no caso dos moradores de uma cidade ante as decisões da prefeitura. E não são legítimas quando pressupõem apenas o uso da força para imposição da vontade, como no caso das ditaduras. O exercício legítimo do poder é chamado por Weber de dominação. Quando o poder é exercido exclusivamente com o uso da força, a dominação não é legítima. Para a Sociologia, o que importa é a análise da dominação legítima, aquela em que o dominado aceita as condições em que o exercício do poder acontece.

## Patriarcalismo

Significa o poder e a preponderância do homem na organização social, seja na família, seja em um grupo religioso ou político. As pessoas devem obediência à autoridade masculina, o patriarca, cabendo a ele o poder de decisão de modo inquestionável. Na história brasileira, o senhor de terras assume o caráter do patriarca, que domina os meios de produção e em torno do qual se agrupa a população dependente, além de exercer o político na esfera pública.

MUSEU CASTRO MASA, RIO DE JANEIRO



A cultura política brasileira mistura elementos modernos com permanências de sua formação colonial sustentada na dominação masculina sobre a família patriarcal e na economia escravocrata. Na imagem, a litografia que ficou conhecida como *Um jantar brasileiro*, de Jean-Baptiste Debret (1768-1848), da série Viagem pitoresca ao Brasil. Litografia, 15,7 cm × 21,8 cm.

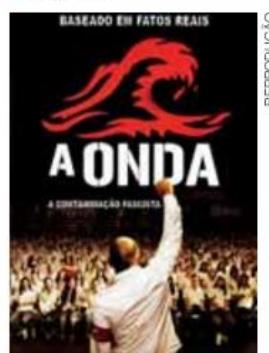
De acordo com Max Weber, existem três tipos puros de dominação legítima: a tradicional, a carismática e a racional-legal. A tradicional consiste na crença em instituições e regras transmitidas de geração em geração, conduzidas por um indivíduo ou grupo de pessoas, que se baseiam nos costumes para exercer a dominação. São exemplos desse tipo de dominação as relações feudais, o patriarcalismo e o coronelismo.

A dominação carismática é estabelecida quando os dominados possuem a crença de que há qualidades excepcionais em determinado indivíduo, algo que o torna superior aos outros e lhe permite exercer liderança ou controle sobre eles. Pode ser ilustrada por figuras de lideranças religiosas ou políticas com grande poder de influência social. Para Weber, a dominação carismática se contrapõe à dominação tradicional e propicia a transformação social, visto que a crença nas qualidades excepcionais do líder permite a ele estender suas ações para além dos limites das normas vigentes. No Brasil, figuras como Getúlio Vargas, Juscelino Kubitschek e Lula são exemplos de lideranças carismáticas.

A dominação racional-legal, fundamentada em normas e regras aprovadas e aceitas por todos, tem como exemplo a burocracia. Na concepção weberiana, esse tipo de dominação caracterizaria o Estado moderno, no qual as relações entre cidadãos e Estado seriam marcadas pela impessoalidade, ou seja, com base em regras e normas convencionadas e seguidas por todos os membros de uma coletividade, sem nenhuma distinção.

### Filme

◆ A onda



REPRODUÇÃO

Alemanha, 2008.

Direção: Dennis Gansel.

Duração: 107 min.

Com base em experiência realizada por um professor em sala de aula, o filme propõe reflexões sobre o totalitarismo político, a servidão voluntária à dominação carismática e a disciplina das massas como meio de manutenção de uma ordem política fundamentada na hierarquia e na submissão.



Também presente em outras sociedades, o patriarcalismo baseia-se na tradição para exigir obediência à autoridade masculina, representada pelo patriarca, como ilustrado no quadro de Jean-Auguste Dominique Ingres chamado *Henrique IV brincando com seus filhos*, de 1819. Óleo sobre tela, 39 cm × 50 cm.

No Brasil, como em outras nações, há graves e variados casos de corrupção política, situações nas quais integrantes do Estado, muitas vezes eleitos pela população, fazem uso indevido de verbas públicas, empregando-as para fins privados. Isso indica que mesmo em regimes democráticos, guiados por leis que criminalizam tais práticas, ainda há muito a ser feito para que as condutas de representantes políticos obedecam ao princípio de impensoalidade determinado pela democracia moderna.

## ◆ Política

### Cidade-Estado

Cidade independente e com governo próprio, bastante comum na Antiguidade, principalmente na Grécia antiga, onde recebia o nome de pôlis. O conceito de Estado mais próximo do seu sentido atual foi utilizado por Maquiavel no século XVI para designar um território independente com governo próprio, como a pôlis.

Na Grécia antiga, a palavra política (do grego *politikós*) referia-se às questões relativas à vida da cidade. A política não era uma atividade qualquer: dela dependia a organização cotidiana e o futuro da pôlis (**cidade-Estado** grega). Por isso, participar da política era uma atividade constitutiva do cidadão, ou seja, o indivíduo não seria um cidadão se não se interessasse pela política e não a praticasse. Tal concepção foi divulgada na obra *Política*, de Aristóteles, o primeiro tratado sobre a natureza do governo, suas configurações e funções. Por séculos, a palavra política foi empregada para indicar as obras que tratavam das atividades ligadas à cidade-Estado.

A partir das revoluções liberais do século XVIII, a palavra passou a ser empregada para designar as atividades relativas ao controle do Estado. A Ciência Política começou a investigar tal fenômeno como sendo específico do comportamento humano, diferente dos demais fenômenos sociais. Max Weber elaborou uma definição até hoje bem-aceita de política. Para ele, a prática política significa exercer um papel de liderança no Estado, ou na luta pelo poder, seja entre Estados, seja entre grupos dentro do Estado. Dessa forma, política e poder estão diretamente relacionados, pois o poder é recurso inerente para o exercício da política.

## Quem escreveu sobre isso

AKG-IMAGES/LATINSTOCK - PALAZZO VECCHIO, FLORENCIA



### Nicolau Maquiavel

Nicolau Maquiavel (1469-1527), historiador e diplomata florentino, foi um dos fundadores do pensamento político moderno. O Estado, para ele, tem como principal finalidade manter a prosperidade e a grandeza, e essa finalidade está além do bem e do mal. Como expressa em seu livro *O Príncipe* (escrito em 1513 e publicado em 1532), "os fins justificam os meios". Para esse autor, não havia um juízo moral nessa orientação de conduta. A ideia central é que existem "razões de Estado" que se justificam por si mesmas.

Segundo Maquiavel, o príncipe deve promover a unidade de política em seu reino para evitar que ele se fragmente ou perca força na competição com outros Estados. Para tanto, é melhor que o príncipe seja "temido" do que "amado" por seus súditos. Por essas e outras razões, seu pensamento acabou sendo mal compreendido.

Ao escrever como o Estado e os governos são de fato e não como deveriam ser, Maquiavel deu o primeiro passo para que a filosofia sobre a política se tornasse Ciência Política.

Maquiavel pode ser lido como um ideólogo da formação do Estado republicano, e não necessariamente do Estado absolutista. Em seu livro *Discursos sobre a primeira década de Tito Lívio*, ele define república como o Estado em que o príncipe, os aristocratas e o povo governam em conjunto, conduzindo os negócios públicos de modo equilibrado para que possam resistir à passagem do tempo. Ao defender esse tipo de governo, o pensador italiano afirma que a representação das três bases sociais (príncipe, aristocratas e povo) confere ao Estado maior estabilidade, pois a competição entre elas move a busca pela boa legislação.

Discussa a separação entre Estado e Igreja e aproveite para destacar o papel que a última teve na legitimação do poder dos reis, bem como apontar a progressiva separação entre as instituições. Aborde a prática de alguns políticos na atualidade de utilizar argumentos religiosos para legitimar suas propostas. Se achar conveniente, use reportagens para ilustrar a discussão.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

## ◆ Estado

Uma característica marcante do modelo de organização do Estado moderno é a racionalização da gestão do poder. Isso se consolidou a partir da separação das esferas política e religiosa, que se tornou um princípio das revoluções liberais do século XVIII, destacadamente a Revolução Francesa. Assim, o poder deveria ser amparado por uma estrutura administrativa e burocrática composta de um corpo qualificado de técnicos que operam conforme procedimentos preestabelecidos e idealmente impessoais, para evitar a pessoalidade nas relações entre governantes e governados. Contudo, contemporaneamente temos observado a crescente participação de representantes de entidades religiosas também como líderes políticos, que, dessa forma, passam a ter acesso ao voto e à elaboração de leis em diferentes instâncias jurídicas do Estado. Isso indica que, apesar de o Estado brasileiro ser laico, o sistema eleitoral permite que líderes ou representantes religiosos ocupem cargos políticos.

### Formas de organização do Estado moderno: monarquia e república

A autoridade que administra o Estado é o governo. A **forma de governo** é o meio pelo qual é instituída a relação entre governantes e governados (estruturas e relações de poder).

A monarquia e a república são as formas básicas de governo. A categorização feita por Aristóteles na obra *Política*, escrita por volta do século IV a.C., compreendia três formas de governo: monarquia (governo de um só), aristocracia (governo dos melhores) e democracia (governo de muitos). Essa categorização subsistiu até a sistematização feita por Maquiavel, para quem o Estado era principado (monarquia) ou república.

### Site

◆ <http://flacso.org.br>

Acesso em: fev. 2016.

A Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais (Flacso) foi fundada em 1957 pelos Estados latino-americanos, que acolheram uma recomendação da XI Conferência Geral da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco). Desenvolve atividades de docência e pesquisa, disponibilizando vasta biblioteca, vídeos e dados de seus projetos.

Originalmente, a monarquia significava o governo de um só, podendo ser definida como o Estado dirigido segundo a vontade de um indivíduo, o rei. Com diversas particularidades, esse sistema foi predominante na Europa até meados do século XVIII. Nas monarquias, o cargo de chefe do Estado é hereditário e vitalício. Hoje, as monarquias são em sua maioria limitadas e constitucionais: o poder do soberano é restrito, e o monarca tem de aceitar o papel e a ação de outros órgãos, como o Parlamento.

A forma republicana de governo é oposta à monárquica. A república é uma conquista idealmente democrática que se concretizou com a Revolução Francesa e se destaca pela rejeição aos governos aristocráticos ou oligárquicos. Nas repúblicas, o chefe de Estado geralmente é eleito por períodos determinados. Assim, há alternância de poder e igualdade formal entre todos os cidadãos. Contudo, é importante lembrar que há muitas repúblicas não democráticas, marcadas por regimes ditoriais.

### Sistemas de governo: presidencialismo e parlamentarismo

O sistema de governo depende do relacionamento entre os poderes Executivo e Legislativo. O modo como esses poderes interagem no exercício de suas funções constitucionais caracteriza os dois sistemas de governo que predominam no mundo ocidental: o presidencialismo e o parlamentarismo.

No sistema presidencialista, o presidente costuma ser eleito, direta ou indiretamente, para um mandato determinado, durante o qual exercerá a função executiva. Ele acumula a chefia do Estado e do governo. Todo o Poder Executivo se concentra no presidente, que tem como prerrogativa escolher seus ministros, que são gestores das diferentes políticas públicas. E existe independência entre os poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, pois a constituição deles é separada já na origem, isto é, a eleição dos representantes de cada um deles é independente. Esse fato confere ao chefe do Executivo uma posição de autonomia política perante os demais poderes.

Ao contrário do presidencialismo, no sistema parlamentarista há uma forte interação entre o Executivo e o Legislativo, fundada na distinção entre chefe de Estado (monarca ou presidente) e chefe de governo (chanceler ou primeiro-ministro). No parlamentarismo, quem governa é o Parlamento, por meio do gabinete formado pelo primeiro-ministro (geralmente oriundo do partido majoritário) e demais ministros. O primeiro-ministro é eleito para exercer a função de chefe de governo e depende da maioria parlamentar para governar. A relação entre Executivo e Legislativo é marcada pelo princípio da responsabilidade ministerial e pelo direito de dissolução. O princípio da responsabilidade ministerial refere-se à demissão do governo em caso de retirada de confiança (voto de desconfiança) por parte do Parlamento, que pode ser **unicameral** ou **bicameral**. O direito de dissolução – dissolver o Parlamento e convocar novas eleições – representa a contrapartida da responsabilidade ministerial, ou seja, o meio que possibilita a ação do governo sobre o Parlamento, evitando assim que este seja manipulado por partidos políticos majoritários.

#### Site

◆ [www.ipea.gov.br](http://www.ipea.gov.br)

Acesso em: fev. 2016.

As atividades de pesquisa do Ipea fornecem suporte técnico e institucional às ações governamentais para a formulação e a reformulação de políticas públicas e programas de desenvolvimento brasileiros.



No parlamentarismo, quem governa é o Parlamento, valendo-se de um gabinete formado pelo primeiro-ministro e pelos demais ministros escolhidos por ele.

- ◆ [www12.senado.gov.br](http://www12.senado.gov.br)

Acesso em: fev. 2016.

O Senado Federal é uma das casas do Congresso Nacional, ao lado da Câmara dos Deputados. No site, é possível conhecer a história e as atribuições do Senado, desde aquelas mais amplas – como a de legislar sobre temas de interesse nacional e fiscalizar a aplicação dos recursos públicos – até as de sua exclusiva competência.

## Unicameral e bicameral

O Parlamento ou o Congresso formado apenas por um órgão legislativo, sem divisões, é chamado de unicameral. É o caso, por exemplo, da Grécia e de Portugal. No bicameralismo, ocorre a divisão do Legislativo, como no Brasil (Câmara dos Deputados e Senado Federal) e nos Estados Unidos (Câmara dos Representantes e Senado).

No caso brasileiro, a divisão do Legislativo tem origem na Constituição de 1824, outorgada por dom Pedro I. O Senado, cujos membros são eleitos pelo voto majoritário, tem a função de representar os estados-membros no Congresso Nacional; a Câmara dos Deputados, cujos integrantes são eleitos pelo voto proporcional, representa a população. Atualmente, são 513 deputados federais e 81 senadores.



IAN TROWER/ALAMY/GLOW IMAGES

Na arquitetura criada por Oscar Niemeyer para o Congresso Nacional, aqui em foto de 2014, a cúpula côncava, à esquerda, representa o caráter mais reservado, ponderado e elitista que caracteriza o Senado como câmara alta do Legislativo em oposição à cúpula convexa, à direita, que representa o caráter aberto e ampliado do debate que a Câmara dos Deputados deve assumir.

As formas (monarquia e república) e sistemas de governo (presidencialismo e parlamentarismo) estudados podem ser combinados: monarquia parlamentar (Reino Unido, Suécia, Países Baixos), república presidencialista (Brasil, Argentina, Estados Unidos) e república parlamentar (Alemanha, Portugal).

## ◆ Formas de participação política: partidos e sistemas eleitorais

Os partidos políticos são organizações alicerçadas em uniões voluntárias orientadas para influenciar ou conquistar o poder do Estado. Sociologicamente, são estruturas fundadas na ideologia da representação política. Juridicamente, são organizações de direito privado que congregam cidadãos com afinidades ideológicas. De fato, são forças políticas que contestam (oposição) ou sustentam (situação) os governos e que estão em permanente tensão na luta pelo poder institucionalizado.

**Desenvolva um debate sobre a estrutura partidária estadunidense para mostrar a existência de outros partidos além dos dois mais representativos.**



Brasil, 2014.  
Direção: Roberto Santucci.  
Duração: 110 min.

Comédia nacional sobre um deputado desonesto e muito popular que está à frente nas pesquisas eleitorais do segundo turno para a Presidência da República e poucos dias antes da eleição não consegue mais mentir e passa a dizer somente a verdade.

O sistema dos partidos influí na conformação do poder, de modo que interfere na formação do governo e age sobre o regime da separação dos poderes. Sua tipologia básica é:

- monopartidário:** o poder está concentrado no comitê dirigente do partido ou em seu secretário-geral. Um exemplo é o Partido Comunista Chinês;
- bipartidário:** quando atuam apenas dois partidos. O bipartidarismo pode ser real, quando existem apenas dois partidos que hegemonizam as disputas eleitorais, como nos Estados Unidos e na Inglaterra, ou formal, quando há interdição legal de existência de outras agremiações, como aconteceu no Brasil, mais especificamente entre 1965 e 1979, com a formação da Aliança Renovadora Nacional (Arena) e do Movimento Democrático Brasileiro (MDB);
- multipartidário:** quando vários partidos disputam as esferas governamentais, como ocorreu e vem ocorrendo no Brasil após a redemocratização.

A existência de partidos políticos requer o estabelecimento de regras pelas quais os representantes são escolhidos. Esse conjunto de regras é o sistema eleitoral. Nesse sistema, a legislação eleitoral é o conjunto de regras que disciplina as eleições e estabelece normas, datas e horários para sua realização. Em geral, tais regras são diferentes para a disputa de cargos do Executivo (presidente, governador e prefeito) e do Legislativo (senadores, deputados federais, deputados estaduais e vereadores).

No Brasil, a votação para o Poder Executivo é sempre majoritária, isto é, elege-se o candidato mais votado. Para o Legislativo a votação é, na maioria das vezes, proporcional, ou seja, o voto vai para o partido ou frente partidária e, mediante aplicação do coeficiente eleitoral (divisão do número de votos válidos pelo número de vagas), transforma-se em cadeiras legislativas.

Uma virtude dos sistemas majoritários é que eles permitem uma base mais sólida para a formação do governo, na medida em que há uma tendência menor de divisão dos votos entre os diferentes partidos concorrentes. Já o sistema proporcional tem, entre suas principais qualidades, a expressão eleitoral dos mais diferentes segmentos sociais, abarcando os grupos minoritários.

No Brasil, atualmente, os cargos do Executivo e do Senado Federal são preenchidos mediante eleições majoritárias. Já os cargos do Legislativo, com exceção do Senado, são preenchidos por eleições proporcionais. O Congresso Nacional brasileiro é bicameral, sendo formado pela Câmara dos Deputados e pelo Senado Federal.

O sistema eleitoral também regula o método pelo qual são escolhidos os candidatos que concorrerão à eleição. Pelo regime de lista fechada, o partido seleciona e enumera a relação dos candidatos à eleição. Cabe ao eleitor votar na lista, e não no candidato individual. Isso permite aos dirigentes partidários um controle maior sobre os políticos e sobre o eleitorado. Pelo regime de lista aberta, o partido seleciona seus candidatos, mas eles disputam livremente o voto individual do eleitor. Esse sistema confere maior independência ao candidato e à escolha do eleitor, mas limita o controle do partido sobre o comportamento do político.

Em resumo, o sistema eleitoral vigente no Brasil, definido principalmente pela Constituição de 1988, manteve alguns problemas de representação. No sistema proporcional de lista aberta, há incentivo à coligação entre os partidos. Esse fenômeno, essencial para a sobrevivência dos partidos pequenos, provoca maior fragmentação partidária, dificulta a formação de maioria estável nos parlamentos e obriga o partido no Poder Executivo a negociar alianças e coalizões para poder governar. Há também dificuldades com as listas abertas, pois os candidatos adquirem grande autonomia de campanha, contrariando, muitas vezes, orientações e objetivos coletivos do partido. Como a disputa eleitoral é mais centrada em candidatos do que em partidos, estes últimos perdem prestígio diante dos eleitores.

### 3

## As relações de poder na sociedade contemporânea

O termo **Estado moderno** ou **Estado-nação** representa um modo de organização do poder que surgiu na Europa, como meio de superação do regime feudal. Esse ordenamento político se difundiu por outros continentes e assumiu diferentes configurações ao longo dos séculos. Contudo, podemos afirmar que o Estado moderno possui cinco grandes características, genericamente presentes nos componentes históricos de sua formação: povo, território, governo, finalidade e soberania.

O vocábulo **povo** designa tanto o conjunto de habitantes do Estado (considerando os nacionais e os estrangeiros) quanto aqueles que compartilham a língua, os costumes e a história. No primeiro caso, povo tem um significado igual ao de população. No segundo, a palavra adquire significado de nação. Mesmo no caso dos **Estados plurinacionais**, como Bolívia e Equador, há elementos comuns que criam a noção de pertencimento nos indivíduos, os quais adquirem um sentimento nacional genuíno e passam a se identificar como um único povo, ainda que heterogêneo em sua composição.

O território identifica os limites físicos do Estado. Para que se possa definir o território de um Estado nacional, é importante considerar não somente a porção terrestre, mas também o espaço aéreo e o mar territorial. Há, contudo, diversos Estados que não possuem mar territorial, como Áustria, Bolívia, Chade e Mongólia.

O governo designa a esfera máxima da função executiva de um Estado. Um Estado nacional pode ter diferentes níveis de governo. No Brasil, por exemplo, temos a União federal, os estados federados (como Acre, Goiás e Rio de Janeiro) e os municípios. Os governos também podem ser definidos pelo modo de exercício da autoridade. Assim, podemos ter governos democráticos ou autoritários, de acordo com o grau de liberdade e de participação dos cidadãos na esfera política.

Já a finalidade está relacionada aos propósitos que justificam a existência do Estado. No Brasil, esses propósitos estão listados no art. 3º da Constituição: construir uma sociedade livre, justa e solidária; garantir o desenvolvimento nacional; erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais; e promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação.

Por fim, a soberania refere-se à prerrogativa de que o Estado deve estabelecer normas e condutas que pautarão a vida coletiva, em nível interno, bem como o comportamento externo do Estado. Essa prerrogativa não pode estar submetida aos interesses particulares de grupos sociais intermediários domésticos, como a família e a Igreja, nem às necessidades de outros Estados nacionais. Assim, por exemplo, uma colônia (como o Brasil antes da independência) tem povo, território, governo e finalidade, mas não é um Estado nacional, pois não possui soberania.

Não há um conceito universalmente válido para definir o Estado moderno. Existem diversas definições para esse modo de organização, que passaremos a chamar simplesmente de Estado. Segundo afirma Bobbio, em *Estado, governo e sociedade*, trata-se de uma organização social complexa, caracterizada pela centralização do poder, fundamentada "na afirmação do princípio da territorialidade da obrigação política e sobre a progressiva aquisição da impessoalidade do comando político". Essa centralização, que se opõe ao policentrismo do sistema feudal, é definida por Max Weber como o "monopólio da violência legítima" em um território delimitado.

### Estado plurinacional

É aquele que diferencia a nacionalidade política, conferida a todos os cidadãos, e a nacionalidade étnica, que deriva do grupo histórico e cultural do qual provém o indivíduo. Assim, em um Estado plurinacional, a igualdade jurídica e política que a todos confere direitos e deveres não oculta a identidade étnica de cada um dos grupos que formam a sociedade.

- ◆ BATISTA, André; PIMENTEL, Rodrigo; SOARES, Luiz Eduardo. *Elite da tropa*.

Rio de Janeiro: Objetiva, 2006.

O livro apresenta um panorama da segurança pública no estado do Rio de Janeiro, explicitando a violência policial no trato da criminalidade como política de segurança do Estado.

Para Weber, o Estado detém o controle de todas as fontes legítimas de violência, por meio de instituições como a polícia (violência para manter a ordem dentro do território e controlar os cidadãos) e as forças armadas (violência contra outros Estados). Como podemos observar no quadro presente na página 158, o Estado assumiu ao longo do tempo diferentes formas e características. A seguir, apresentamos algumas das mais comuns, tendo como referência a história política ocidental.

## ◆ Estado absolutista

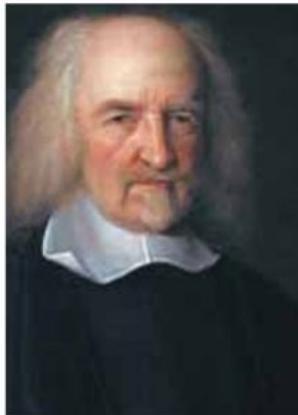
A primeira manifestação histórica do Estado moderno foi o absolutismo, caracterizado pela unidade territorial e pela concentração do poder na figura do rei. O Estado absolutista, que predominou na Europa entre os séculos XVI e XVIII, fundamenta-se na centralização do controle das atividades econômicas, da prática da justiça e do comando sobre o exército nacional. Um exemplo do poder absoluto conferido aos soberanos ocorreu na França, no reinado de Luís XIV, o "Rei Sol", cuja concentração dos poderes ficou imortalizada na frase *L'État c'est moi!* (O Estado sou eu!).

Um dos principais pensadores do Estado absolutista foi Thomas Hobbes. Ele afirmou que o ser humano é egoísta, pois coloca o bem do outro em segundo plano. Essa índole é elaborada com base no que Hobbes denomina "estado de natureza", em que o mais forte impõe-se ao mais fraco: "O homem é o lobo do homem".

Segundo Hobbes, o estado de natureza retrata uma situação em que todos estão contra todos, em permanente guerra. Assim, a função do Estado seria assegurar a paz e a vida dos súditos e evitar a predominância da violência inherente ao estado de natureza. Isso exigiria que cada indivíduo transferisse para o Estado (personificado por um rei ou por uma assembleia) sua liberdade natural, por meio de um contrato ou pacto social. Por submeter todos à vontade soberana do Estado, dizemos que o pacto social, na perspectiva de Hobbes, é um pacto de submissão.

### ► quem escreveu sobre isso

NATIONAL PORTRAIT GALLERY, LONDRES



#### Thomas Hobbes

Thomas Hobbes (1588-1679) foi um filósofo e teórico político inglês. Em sua obra mais conhecida, *Leviatã*, publicada em 1651, defendeu o absolutismo e a elaboração da tese do contrato social. No período em que viveu, a Inglaterra dava início a seu império.

O filósofo e teórico político inglês Thomas Hobbes em óleo sobre tela, de John Michael Wright, datado de c. 1669-1670.

## ◆ Estado liberal

O Estado liberal ou burguês foi inspirado pelos ideais da Revolução Francesa: liberdade, igualdade e fraternidade. Esses princípios moveram as lutas políticas da burguesia contra o absolutismo na Europa entre os séculos XVII e XVIII. Os fundamentos do Estado liberal são a **soberania popular** e a **representação política**, ou seja, o poder é do povo, que o exerce por meio de representantes (partidos políticos e pessoas).

O também inglês John Locke (1632-1704), ao se posicionar em relação à natureza humana e ao absolutismo, atribui o controle das liberdades individuais e a defesa da propriedade privada ao Estado. Por associar autoridade e liberdade, Locke é considerado um dos principais teóricos do liberalismo político.

Por sua vez, o político e filósofo francês Charles-Louis de Secondat (1689-1755), conhecido como Montesquieu, elaborou a ideia de divisão dos poderes ou funções do Estado (Executivo, Legislativo e Judiciário). O objetivo era contestar as ideias absolutistas, que justificavam a concentração dos poderes nas mãos do soberano, pois a vontade do líder se confundia com as necessidades do Estado. A separação desses poderes definiu as diferentes limitações e dimensões do poder político do Estado.

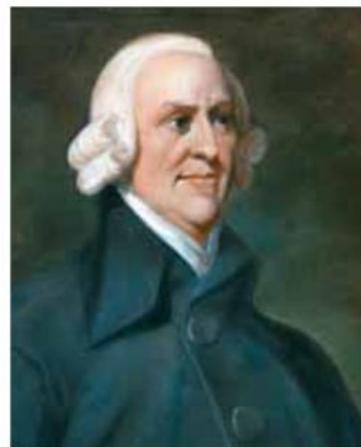
Na esfera econômica, a principal crítica da burguesia ao absolutismo estava na interferência do Estado. Essa classe defendia que o Estado deveria agir como "guardião da ordem", zelando pela segurança e pela manutenção da propriedade privada. Ou seja, o Estado deveria manter a ordem para todos poderem desenvolver livremente as próprias atividades. Dessa forma, estabelecia-se a separação entre as esferas pública (aquele que era de interesse comum e suscetível à interferência do Estado) e privada (o que dizia respeito exclusivamente aos indivíduos, não passível de intervenção do Estado).

O economista e filósofo escocês Adam Smith, ideólogo do liberalismo econômico, postulava haver uma "mão invisível" que regularia a quantidade e o preço das mercadorias, sem a intervenção do Estado. O lema *laissez-faire, laissez-passer* (deixai fazer, deixai passar) expressava a concepção de que as atividades econômicas se autorregulariam exclusivamente por meio da oferta e da demanda.

Moldado para atender aos interesses da burguesia, o Estado liberal permitiu a superação do regime absolutista. Entretanto, promoveu uma acirrada competição entre as empresas, dificultou o desenvolvimento dos pequenos empreendimentos, concentrou o capital nas mãos de poucos proprietários e intensificou o surgimento de crises econômicas. Com a repetição dessas crises e o aprofundamento das desigualdades sociais, o Estado começou a ser questionado, repensado e reestruturado, como veremos adiante.

### Quem escreveu sobre isso

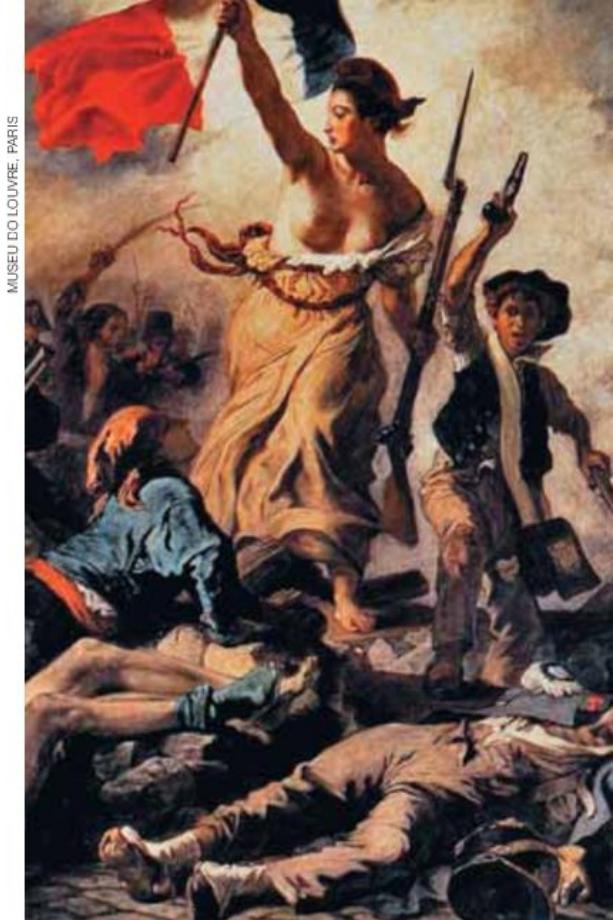
COLEÇÃO PARTICULAR



**Adam Smith**

Adam Smith (1723-1790) é considerado o maior teórico do liberalismo econômico. Em sua obra mais famosa, conhecida como *A riqueza das nações* (1776), procurou demonstrar que o crescimento econômico dos países resultava da atuação de indivíduos movidos apenas por interesses próprios. Defendia que a iniciativa privada deveria agir livremente, com pouca ou nenhuma intervenção governamental.

Para Adam Smith, o liberalismo não é totalmente antestatal. O Estado teria como finalidade a garantia das liberdades civil e política (liberdade de expressão, religiosa e de associação), da igualdade jurídica (igualdade perante a lei) e da ordem pública (estabilidade interna e proteção contra inimigos externos).



Por meio da Revolução Francesa, se estabeleceram a república contemporânea e o Estado laico. Tendo como bandeira a tríade "liberdade, igualdade e fraternidade", essa revolução desencadeou o movimento pelos direitos humanos e a formação da visão liberal do cidadão. Na imagem, o quadro *A Liberdade guiando o povo* (óleo sobre tela, 260 cm × 325 cm), de Eugène Delacroix, de 1830, evidencia a força dos ideais para os revolucionários de 1789.

## ◆ Estados socialistas

O socialismo foi a primeira reação sistemática ao Estado liberal. Trata-se de um tipo de sistema político que questiona a propriedade privada dos meios de produção e denuncia a divisão da sociedade em duas classes sociais fundamentais: a burguesia e o **proletariado**.

O socialismo defendia a transformação das condições de produção e a apropriação da riqueza por toda a sociedade. O primeiro Estado socialista surgiu com a Revolução Russa em 1917. Inspirados nas teorias de Karl Marx e Friedrich Engels, os revolucionários **bolcheviques** conseguiram derrubar o regime czarista durante a Primeira Guerra Mundial (1914-1918). O lema bolchevique era "pão, terra e liberdade".

A Revolução Russa visava superar o capitalismo, abolir a propriedade privada e socializar os meios de produção. O Estado teria um papel histórico transitório, que consistiria em estruturar a sociedade e permitir a livre organização do povo. Marx e Engels enfatizaram que o processo de superação do capitalismo e a construção da sociedade comunista necessitariam da expansão da revolução socialista em outros países. Contudo, isso não ocorreu. Com a morte de Lenin e a ascensão de Stalin, em 1924, foram estabelecidos o Estado centralizado e a economia planificada, cujas diretrizes eram impostas pelo Partido Comunista.

O modelo ditatorial implantado por Stalin foi "exportado" pela União das Repúblicas Socialistas Soviéticas – URSS (nome adotado pela Rússia e nações anexadas após a consolidação do socialismo, em 1922), particularmente após a Segunda Guerra Mundial. O socialismo foi instaurado em países do Leste Europeu, como Polônia, Hungria, Bulgária, Romênia, Tchecoslováquia, Iugoslávia e Alemanha Oriental, com a ocupação pelas tropas do Exército Vermelho logo após 1945. Em outros países da África (Moçambique e Angola), da Ásia (China, Coreia do Norte e Vietnã) e da América Latina (Cuba), a instauração do socialismo se deu graças às lutas populares contra ditaduras ou pela independência das potências coloniais.



ROGER VIOLET/GETTY IMAGES

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

### Proletariado

Na tradição marxista, o proletariado corresponde ao conjunto dos trabalhadores assalariados, ou seja, aqueles que, expropriados dos meios de produção, têm de vender sua força de trabalho. Em sua origem romana, o proletariado correspondia às camadas mais baixas da sociedade, que nada ofereciam ao Estado senão sua prole.

### Bolchevique

O termo designava os membros do Partido Operário Social-Democrata Russo (POSDR), que haviam conquistado o controle do partido (porque formavam a maioria) após o II Congresso do POSDR, em 1903. Os bolcheviques adotavam uma vertente mais ortodoxa do marxismo e criticavam as teses revisionistas dessa teoria, defendidas pelos mencheviques (minoria dentro do POSDR).

Iosif V. Dzhugashvili (1879-1953), conhecido como Stalin, defendeu a tese de que o socialismo poderia ser construído em um só país. Decisivo na derrota alemã na Segunda Guerra Mundial, Stalin implantou políticas genocidas na Ucrânia e em outros países do Leste Europeu, sendo responsável pela morte de milhões de opositores políticos, entre eles Leon Trotsky, seu antigo correligionário.

### Quem escreveu sobre isso

FINE ART IMAGES/HERITAGE IMAGES/GETTY IMAGES



### Lenin

Político e pensador russo, Vladimir Ilyich Ulyanov, conhecido como Lenin (1870-1924), foi o comandante da fração bolchevique do Partido Operário Social-Democrata Russo e uma das principais lideranças da Revolução Russa. Assumiu a direção do governo revolucionário, retirou a Rússia da Primeira Guerra Mundial e enfrentou o período de guerra civil entre "brancos" (contrarrevolucionários russos e estrangeiros) e "vermelhos" (adeptos da revolução socialista).

Lenin foi um dos líderes da primeira revolução socialista vitoriosa da história.

No final do século XX, acentuou-se o processo de decadência política e econômica da URSS. Limitada pela aliança entre a burocracia e a elite militar, criticada pela falta de liberdade democrática e sufocada pela força econômica dos países capitalistas, a URSS implodiu. No entanto, os referenciais teórico-crítico e valorativo do socialismo ainda são um contraponto ao Estado liberal, estando presentes nos programas de vários partidos políticos do Ocidente.

Saliente como diversos partidos políticos contemporâneos apresentam ideias socialistas como referencial de seus programas de governo e/ou estatutos.

## ◆ Estados nazista e fascista

O **nazismo** e o **fascismo** foram movimentos antiliberais e anticomunistas. Por suas semelhanças, tornaram-se conhecidos pela expressão “nazifascismo”. Neles, o Estado pairava acima de todas as demais organizações, públicas ou privadas, e suas expressões morais desdobravam-se sobre todas as esferas da vida social, principalmente a educação. No plano econômico, buscaram nacionalizar a economia e se afastar de grupos financeiros e industriais estrangeiros.

O fascismo foi um movimento político surgido na Itália entre 1919 e 1920, liderado por Benito Mussolini. Nacionalista, fundamentava suas origens no restabelecimento das glórias romanas, com objetivos de expansão imperialista. O fascismo teorizou um sistema peculiar de poder no qual o Estado, personificado em um partido único, de massa e hierarquicamente organizado, era o único criador do direito e da moral, não havendo limites à sua autoridade. Toda oposição era proibida, estando sujeita à ação da justiça (controlada pelo Executivo). Para o fascismo, a nação era uma unidade moral, política e econômica que se realizava integralmente no Estado. O regime fascista desprezava os valores do individualismo liberal e se colocava em oposição frontal ao socialismo.

Já o nazismo foi um movimento político que surgiu na Alemanha também nos anos 1920, fundamentado na ideologia formulada por Adolf Hitler em seu livro *Mein Kampf* (Minha luta). O Estado nazista esvaziou o Parlamento, dissolveu a oposição utilizando-se da violência e submeteu toda a sociedade ao Partido Nazista.



PAUL POPPER/POPPIERFOTO/GETTY IMAGES

Benito Mussolini (1883-1945), aqui em foto de cerca de 1940, ostentava o título de *Il Duce* e foi o líder do Partido Nacional Fascista.

Tornou-se primeiro-ministro da Itália em 1922 e liderou o país na Segunda Guerra Mundial.

### Quem escreveu sobre isso

ULLSTEIN BILD/GETTY IMAGES



Jurista e filósofo, Carl Schmitt é considerado um controverso especialista em direito constitucional e internacional por ter sido um adversário convicto da democracia liberal.

### Carl Schmitt

O jurista e filósofo alemão Carl Schmitt (1888-1985) foi um forte opositor da democracia liberal e um dos principais ideólogos do regime nazista. Professor de prestigiosas universidades alemãs, como Bonn, Berlim e Colônia, o “jurista de Hitler” ingressou no Partido Nazista em 1933 e nele permaneceu até o final da Segunda Guerra Mundial, sem jamais retratar-se de sua ligação com o **III Reich**. Negando as bases teológicas sobre as quais acreditava estarem fundadas as teorias modernas do Estado, Schmitt criticou as políticas liberais, apontou a incompatibilidade entre liberalismo e democracia, legitimou as estruturas do totalitarismo – afirmado que todo governo deve fixar um elemento ditatorial em sua Constituição – e redefiniu o conceito de soberania ao afirmar que “soberano é quem decide sobre o estado de exceção”.

### III Reich

Palavra alemã utilizada para designar império, reino ou nação. Na história alemã, o I Reich (962-1806) corresponderia ao Sacro Império Romano-Germânico; o II Reich (1871-1918) compreenderia o período entre a unificação alemã e o final da Primeira Guerra Mundial; e o III Reich seria o período marcado pela ascensão de Hitler, para quem esse novo Império Alemão perduraria por mil anos.



O aumento do número de neonazistas entre a extrema-direita no continente europeu revela a nova face do conservadorismo. Na foto, protesto em Kiev (Ucrânia), em 2014, que incluiu manifestações antisemitas e xenófobas.



Adolf Hitler (1880-1945) foi militar e líder do Partido Nacional-Socialista dos Trabalhadores Alemães. Foi preso em 1923 após uma tentativa frustrada de golpe de Estado. No cárcere, onde passou 13 meses, escreveu *Mein Kampf* (Minha luta), obra que veio a ser o programa político e ideológico do nazismo. Posteriormente, ascendeu ao comando da Alemanha em 1933 e foi o principal pivô da Segunda Guerra Mundial.

O termo nazismo vem do alemão *Nationalsozialismus*. Traduzido para o português como nacional-socialismo, é usado para se referir à doutrina do Partido Nacional-Socialista Alemão e à experiência do movimento nazista na Alemanha. O nazismo é uma ideologia política caracterizada pelo nacionalismo, ou seja, a reconstituição das nações e de seus povos originais, considerados "raças superiores". O nazismo se diferenciou do fascismo em função de seu caráter racista, que pregava a supremacia da raça ariana, da xenofobia (aversão ao estrangeiro) institucionalizada e da perseguição étnica a judeus, ciganos, comunistas, homossexuais e deficientes físicos e mentais.

Embora esse modelo de Estado tenha perdido força depois da Segunda Guerra Mundial, ainda é possível encontrar diversos grupos e partidos que defendem os ideais nazistas. Esse fenômeno pode ser observado no crescente fortalecimento dos partidos ultranacionalistas e de movimentos neonazistas em várias partes do globo.

## ◆ Estado de bem-estar social

O **Estado de bem-estar social** (Ebes), também denominado *Welfare State*, foi o modelo adotado pelas grandes economias liberais na primeira metade do século XX. A crise capitalista de 1929, o desemprego, a inflação, o crescimento do movimento operário, a emergência dos regimes antiliberais e a competição entre as grandes corporações monopolistas foram alguns dos fatores que contribuíram para sua emergência.

## Quem escreveu sobre isso

HULTON-DEUTSCH COLLECTION/CORBIS/LATINSTOCK



### John Maynard Keynes

John Maynard Keynes (1883-1946) foi um importante economista britânico. Após a Segunda Guerra Mundial, diversos países da Europa acabaram adotando sua teoria como prática de governo, com o objetivo de reestruturar as economias internas e atender às diferentes demandas sociais.

John Maynard Keynes acreditava que o Estado intervencionista seria o grande agente dos avanços econômicos e sociais.

A base intelectual do Ebes é a obra *Teoria geral do emprego, do juro e da moeda*, publicada pelo economista britânico John Maynard Keynes em 1936. Contrariando a ortodoxia liberal, Keynes afirmava que o Estado deveria intervir no domínio econômico para garantir o pleno emprego, estimular a produção e o consumo, mediar as relações de trabalho e ampliar a política de assistência.

O Ebes desenvolveu uma política intervencionista, voltada ao atendimento dos direitos sociais básicos, como saúde, educação, trabalho, salário, transporte e previdência social. O pilar desse Estado estaria na política do pleno emprego: o Estado deveria enfatizar políticas de geração de emprego, com o objetivo de criar o vínculo social necessário para a estabilidade, a coesão social e a democracia.

No âmbito político, o Ebes representou uma resposta das economias capitalistas para criar uma sociedade menos vulnerável às crises do sistema e aos apelos do socialismo, que passaram a crescer em todo o mundo com o advento da Segunda Guerra Mundial. Seus defensores afirmavam que um Estado que atendesse às reivindicações por direitos de cidadania da classe trabalhadora produziria funcionários mais dispostos e empenhados. O Ebes seria, portanto, fruto de um pacto social entre as diferentes classes sociais e os partidos políticos para priorizar a manutenção da democracia.

No final da década de 1960, o Ebes começou a sofrer críticas diante da inadequação dos gastos públicos com a previdência, causados pelo aumento do desemprego e pela recessão econômica mundial, que culminou na crise do petróleo de 1973. Apesar das críticas, permanece como modelo de Estado em alguns países da Europa ocidental, em especial na Dinamarca, na Noruega e na Suécia.

## ◆ Estado neoliberal

Na década de 1980, os Estados Unidos e a Inglaterra aplicaram grandes choques em suas estruturas econômicas, com o argumento de que o Ebes não foi eficaz em reduzir a pobreza e distribuir melhor a renda, e de que as melhorias ocorridas resultaram mais das riquezas produzidas pelos países do que da política de bem-estar social. Os governos de Margaret Thatcher, na Inglaterra, e de Ronald Reagan, nos Estados Unidos, foram os precursores dessa crítica ao Ebes e da reestruturação desse modelo de Estado.

Margaret Thatcher foi primeira-ministra da Inglaterra pelo Partido Conservador. A política do governo Thatcher (1979-1990) foi orientada pela desregulamentação da economia, diminuição dos gastos públicos com educação, habitação e previdência social, privatização das empresas estatais e flexibilização das leis trabalhistas. Margaret Thatcher ficou conhecida como "Dama de Ferro" por sua política de enfrentamento dos movimentos sociais e de oposição ao socialismo.

Explique que o *New Deal* e o sistema de previdência da Grã-Bretanha são práticas do Ebes. A utilização de imagens e tabelas que demonstrem o aumento de investimento do Estado auxiliará na compreensão dos alunos.

The cover art for the game Men of War: Assault Squad. It features a soldier in a helmet and uniform, holding a rifle, standing in front of a large, ornate shield. The title 'Men of WAR' is prominently displayed in the center, with 'ASSAULT SQUAD' below it. The rating '16' is visible in the bottom right corner.

Esse jogo de estratégias bélicas tem como diferencial permitir que o jogador dê um novo rumo ao fim da Segunda Guerra Mundial. O realismo e a fidelidade da ambientação permitem que os alunos compreendam a brutalidade dos embates que destruíram parte da Europa, situando-os dentro da dinâmica dos conflitos entre as nações. O jogo é encontrado no site <<http://men-of-war.softonic.com.br/>>. Acesso em: fev. 2016.



Ronald Reagan e Margaret Thatcher, em 1987, em frente ao Salão Oval, em Washington, Estados Unidos.  
Os dois governantes estão entre os precursores da adoção das políticas neoliberais.

O governo de Ronald Reagan (1981-1989) assumiu postura semelhante à do governo Thatcher: menor intervenção do Estado na economia, redução dos gastos públicos e redução dos impostos. As mudanças tiveram por base valores como **livre mercado** e **livre iniciativa**, além do estabelecimento do consumo e da riqueza como metas primordiais. Os teóricos dessa corrente, como o economista austríaco

Friedrich Hayek e o economista estadunidense Milton Friedman, respectivamente autores de *O caminho da servidão* (1944) e *Capitalismo e liberdade* (1962), foram denominados neoclássicos ou neoliberais. Os teóricos neoliberais afirmavam que somente a liberdade econômica produziria indivíduos e sociedades livres. A desvinculação entre economia e política seria o caminho para a prosperidade econômica, conduzida pela diminuição progressiva da participação estatal na economia.

As teorias neoliberais não ficaram restritas às experiências estadunidense e britânica. Em novembro de 1989, em Washington, aconteceu uma reunião entre as principais instituições econômicas, como o Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Mundial, com o objetivo de adotar medidas econômicas para os países em desenvolvimento, tendo em vista a contenção da dívida externa, da inflação e da estagnação econômica. Denominadas de Consenso de Washington pelo economista inglês John Williamson, as orientações econômicas a serem seguidas pelos países em desenvolvimento incluíam itens como privatização das empresas estatais, flexibilização das leis trabalhistas, aumento dos investimentos estrangeiros sem restrições fiscais, redução dos gastos públicos (em particular nas áreas de saúde, educação, assistência e previdência social) e adesão à economia de mercado.

O compromisso firmado pelos países em desenvolvimento com a política neoliberal comprometia a ação governamental e a autonomia desses países, pois havia forte fiscalização dos agentes econômicos e financiadores internacionais para o direcionamento da aplicação de recursos.



Friedrich Hayek, à esquerda, e Milton Friedman desenvolveram as bases do pensamento neoliberal.



Serviços públicos oferecidos pelo Estado, como os de saúde, são também disponibilizados por empresas, mas é flagrante a diferença de qualidade entre o precário serviço prestado pelo Estado e aquele proporcionado por empresas particulares. Na foto, UTI do Hospital da Lagoa, no Rio de Janeiro (RJ, 2010).



Concerto para comemorar o primeiro aniversário do movimento *Occupy Wall Street*, na cidade de Nova York (Estados Unidos, 2012).

A crise econômica de 2008 ampliou a contestação às políticas neoliberais. Nesse período, inúmeras empresas privadas dos países desenvolvidos receberam vultosos recursos públicos com o objetivo de evitar falências. Os efeitos da crise econômica geraram grandes manifestações populares em vários países europeus (Espanha, Portugal, Grécia, França, Itália) e nos Estados Unidos, com destaque para o movimento *Occupy Wall Street* (Ocupe Wall Street), que começou em Nova York, em setembro de 2011, e se espalhou para várias cidades dos Estados Unidos e do mundo com a ocupação de praças e ruas para denunciar as falhas do sistema financeiro internacional e as desigualdades econômicas e sociais.

Ao utilizar este boxe, discuta a presença do Estado nas sociedades contemporâneas e compare as sociedades sem Estado com sociedades estruturadas com base nesse tipo de instituição política. Organize uma discussão com os alunos sobre as composições sociais existentes na América Latina antes do processo de colonização europeia. Isso permitirá reconhecer a presença de inúmeros povos que viviam na região e possuíam formas de organização peculiares, as quais, em grande medida, foram perdidas em decorrência do processo de dominação colonial.

### Saiba mais

#### O Estado é uma instituição política necessária?

Ao longo deste capítulo, vimos que o Estado se organiza de diferentes maneiras. Entre aqueles que estudam e analisam as diferentes formas de poder, de política e de Estado, não há unanimidade teórica ou conceitual, nem no passado nem atualmente. O debate sobre que tipo de Estado deve ser adotado ou rejeitado por cada sociedade é antigo, contemporâneo e atemporal. Também é possível nos perguntarmos se o Estado é necessário e se todas as sociedades humanas necessitam dessa instituição política.

A Antropologia demonstra, em variadas etnografias, que o Estado não é um dado da existência humana. Numerosas sociedades se estruturaram politicamente e criaram sua produção material e cultural sem a existência do Estado. Nesses modos alternativos de organização política, é comum a presença de integrantes que assumem

papéis sociais de líderes, ou representantes ou, ainda, que possuem funções de maior responsabilidade dentro das comunidades, sejam elas nômades, indígenas ou outras.

Um interessante estudo etnográfico sobre as composições sociais de grupos indígenas sul-americanos encontra-se na obra *A sociedade contra o Estado*, do antropólogo francês Pierre Clastres. Nesse estudo, Clastres defende que para estudar as sociedades não ocidentais é inadequado o uso de termos como "estrutura política", "poder" ou "autoridade". A reflexão proposta por esse autor nos faz repensar as formas de organização das sociedades contemporâneas. Trata-se de um contraponto interessante para aprofundar a compreensão sobre a temática poder, política e Estado e que oferece alternativas válidas para projetos de transformação política e social.

Algumas formas históricas do Estado moderno						
	Estado absolutista	Estado liberal	Estado nazifascista	Estado socialista	Estado de bem-estar social	Estado neoliberal
Economia	Mercantilismo; controle absolutista da economia.	Capitalismo concorrencial; <i>laissez-faire, laissez-passer</i> (economia autorregulada pelo mercado); crescente monopolização do mercado.	Economia de mercado autoritariamente regulada pelo Estado.	Economia planificada regulada pelo Partido Comunista.	Economia de mercado democraticamente regulada pelo Estado.	Economia de mercado com progressiva exclusão do Estado (Estado mínimo).
Política	Centralização da estrutura de governo (Forças Armadas, judiciário, tributação); indistinção entre o público e o privado.	Separação entre o público e o privado; soberania popular; Estado mínimo garante direitos individuais (segurança, propriedade, liberdade).	Projeto totalitário expansionista; ideologia de direita (exaltação da tradição).	Projeto de participação política da classe trabalhadora; ideologia de esquerda; desvio burocrático; conflito entre classe dirigente (PC URSS) e dissidentes (social-democratas, anarquistas).	Projeto social-democrata: investimentos e distribuição de renda e serviços para garantir os direitos e o bem-estar da população; ideologia de centro (controle dos conflitos do capitalismo mediante garantia dos direitos sociais e ampliação do acesso ao mercado de consumo).	Retorno das teorias liberais; desregulamentação dos direitos trabalhistas; economia conduz a política pelo poder das grandes corporações; proclamação do fim das ideologias.
Sociedade	Conflito entre estamentos: burguesia nascente x clero e nobreza. Eventos que marcam seu fim: Revolução Francesa e Revolução Industrial.	Conflitos entre classes trabalhadora e capitalista. Evento que marca seu fim: Primeira Guerra Mundial (conflito entre nações imperialistas).	Redução dos direitos civis e políticos. Evento que marca seu fim: Segunda Guerra Mundial.	Corrida armamentista. Atraso tecnológico na indústria e no campo em comparação às sociedades capitalistas a partir da década de 1970. Evento que marca seu fim: queda do Muro de Berlim.	Ampliação dos direitos sociais e do consumo de bens. Evento que marca seu enfraquecimento: choque do petróleo em 1973 e crise fiscal.	Redução dos direitos trabalhistas, baixo investimento na área social; consumidores x cidadãos. Evento que marca seu enfraquecimento: crises econômicas sistêmicas (1995, 1998, 2000, 2008, 2011).

## 4 Formação do Estado brasileiro

Para analisar sociologicamente a formação do Estado brasileiro, é importante destacar algumas características que marcaram a vida das instituições políticas no país. Entre essas características podemos citar o **patrimonialismo**, que se apresenta ao longo de nossa história pela indistinção entre esfera pública e privada, o coronelismo e o clientelismo.

### O período colonial

Quando falamos em formação do Estado, não podemos esquecer que o Brasil é fruto da expansão marítima das potências europeias, principalmente de Portugal. O fato de o país ter sido inserido no sistema internacional como colônia de exploração é fator importante para nosso estudo. No âmbito econômico, o período colonial teve três grandes ciclos: pau-brasil (1500-1530), açúcar (1532 até o século XVII) e ouro (século XVIII).

#### Patrimonialismo

Modelo tradicional de dominação, cujas bases estão na manutenção dos vínculos entre as esferas pública e privada, viabilizando a manutenção de privilégios das elites em ambas as esferas.

Além desses, também é importante o ciclo da pecuária, primeiro no Nordeste (século XVII) e depois no Sul (séculos XVII e XVIII).

O período colonial brasileiro (1500-1822) foi marcado pela exploração. Portugal não tinha interesse em construir no Brasil uma sociedade política organizada. Segundo o sociólogo Oliveira Vianna, o Brasil era formado por vários núcleos privados e independentes, e cada um tinha sua própria vida econômica, jurídica e moral. Desenvolveu-se nesse núcleo privado um individualismo de natureza anárquica, sem identificação com a ordem pública. No ensaio *Populações meridionais do Brasil*, Oliveira Vianna chama a atenção para esse cenário, presente desde a formação do Brasil, que impossibilitava a constituição de uma sociedade moderna. Para o autor, somente um Estado forte e centralizado seria capaz de criar o sentimento de pertencimento público e encerrar os vínculos privados.

Segundo a preocupação em entender a formação da sociedade e do Estado brasileiro, o historiador Sérgio Buarque de Holanda, no capítulo "O homem cordial", do livro *Raízes do Brasil* (1936), explica que um dos traços do brasileiro é a propensão a sobrepor as relações familiares e pessoais às relações profissionais ou públicas. O brasileiro, assim, tenderia a rejeitar a impessoalidade dos sistemas administrativos em que o público é mais importante do que o indivíduo (ou o privado). O autor enfatiza uma característica marcante do modo de ser do brasileiro: a dificuldade de cumprir os ritos sociais que são rigidamente formais e de separar, com base em uma racionalização desses espaços, o público e o privado.

### Quem escreveu sobre isso

THAIS DE ALMEIDA LIMA



#### Oliveira Vianna

Nascido em Saquarema (RJ), Francisco José de Oliveira Vianna (1883-1951) foi professor, jurista, historiador, sociólogo e membro da Academia Brasileira de Letras. Suas obras versam sobre a formação do povo brasileiro e foram as primeiras a abordar o tema com base em estudos sociológicos. Formado pela antiga Faculdade Nacional de Direito (atual UFRJ) em 1906, foi professor catedrático da Faculdade de Direito da Universidade Federal Fluminense (UFF), sendo o primeiro titular da cadeira de Direito Social, hoje cadeira do Direito do Trabalho.

Oliveira Vianna foi um dos primeiros pensadores a escrever sobre a formação do povo brasileiro com base em estudos sociológicos.

### Quem escreveu sobre isso

ESTADÃO CONTEÚDO



#### Sérgio Buarque de Holanda

Sérgio Buarque de Holanda (1902-1982) foi historiador e professor universitário paulista. Formado em Direito pela atual Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), em 1925, viveu na Alemanha entre 1929 e 1936, onde teve contato com a obra de Max Weber. Em 1947, filiou-se ao Partido Socialista Brasileiro e passou a lecionar na Escola de Sociologia e Política de São Paulo (ESPSP). Em 1958, obteve a cadeira de História da Civilização Brasileira na Universidade de São Paulo (USP). Ali, aposentou-se em 1969, em solidariedade aos colegas cassados pelo Ato Institucional nº 5 (AI-5). Em 1980, foi membro fundador do Partido dos Trabalhadores (PT).

Para Sérgio Buarque de Holanda, pai do cantor e compositor Chico Buarque de Hollanda, a cordialidade, a hospitalidade e a generosidade representam um traço definitivo do caráter brasileiro.

Além de Oliveira Vianna e Sérgio Buarque de Hollanda, vários outros autores ajudaram a interpretar as raízes da sociedade, da cultura e da política no Brasil. Entre esses podemos citar Gilberto Freyre e Caio Prado Jr. **Gilberto Freyre** é autor de *Casa-grande e senzala*, de 1933. Segundo seus críticos, Freyre dá origem ao mito da democracia racial, tese segundo a qual no Brasil prevaleceria uma relação harmônica entre os diversos grupos étnico-raciais que compõem o povo brasileiro. Já o paulista **Caio Prado Jr.** (1907-1990), após cursar Direito, assumiu variadas atividades, entre elas a de militante político e a de historiador. Notabilizou-se com a publicação de *Formação do Brasil contemporâneo*, em 1942. Objetivando decifrar a dinâmica histórica da formação do Brasil com base em um enfoque marxista, Prado Jr. teve seu pensamento marcado por uma proposta política modernizante,

visando a superação da continuidade de traços coloniais que permaneciam na estrutura da sociedade brasileira. Sua obra identifica-se profundamente com o nacionalismo econômico que emergiu no país entre os anos 1920 e 1930.

A reflexão sociológica sobre o Brasil, contudo, não parou no século XX. Hoje, pesquisadores como Jessé Souza (1960-) continuam esse trabalho. Professor da Universidade Federal Fluminense (UFF), Souza critica autores como Raymundo Faoro e Fernando Henrique Cardoso, afirmando que políticas patrimonialistas e racistas não individualizam o Brasil e seu povo, já que existem em muitos outros países no mundo, incluindo os Estados Unidos, e consignando que um dos grandes problemas do Brasil é sua incapacidade de garantir direitos e real cidadania a todos os brasileiros.

## ◆ O período imperial

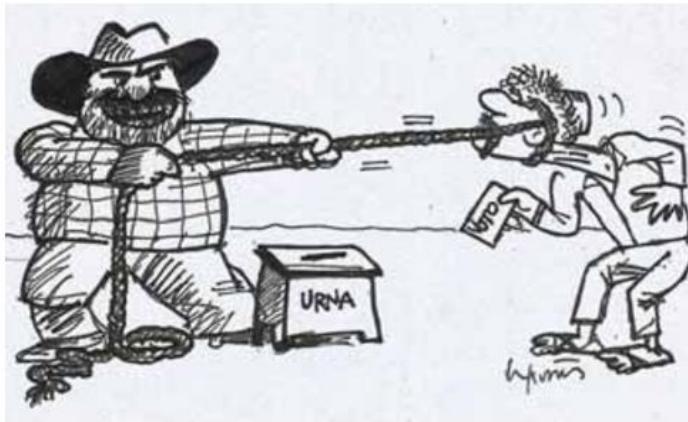
O período colonial finda em 1822 com a proclamação da Independência. Assim, ocorre a transposição das estruturas do Estado português para o Brasil, que reforçam o tipo de relação existente entre Estado e sociedade civil, na qual o primeiro predominaria sobre a segunda. A primeira Constituição brasileira (1824) concedeu grandes poderes ao imperador, que detinha os poderes Executivo e Moderador (e este último se sobreponha aos demais). A Carta Imperial também instituiu uma série de direitos formais, inspirada nos princípios liberais que sopravam da Europa para as Américas desde a independência dos Estados Unidos, mas que não tinham influência no cotidiano brasileiro, já que grande parte da população estava excluída da cidadania recém-constituída. Os escravos, por exemplo, nem sequer eram citados na Constituição.

O movimento republicano mobilizou setores progressistas da sociedade urbana no período final do Império, que associavam a República à construção de uma representação política efetiva de todos os cidadãos, à garantia dos direitos individuais, ao federalismo e ao fim do regime escravista. Mesmo assim, a República foi proclamada em 1889 por meio da ação política das elites oligárquicas das províncias da região Sudeste e das elites intelectuais e militares influenciadas pelo positivismo. Como a independência, a proclamação da República foi uma transformação social construída de cima para baixo, que excluiu as camadas populares.

## ◆ República Velha

O primeiro período republicano brasileiro, conhecido como República Velha, foi marcado pela consolidação das elites provinciais rurais, acostumadas a desconsiderar qualquer autoridade constituída e a fazer valer a própria vontade em sua área de influência.

Nesse período, o desafio da constituição de uma República esbarrava na divisão do país em domínios de "coronéis", que colocavam em disputa a validade e a legitimidade das leis. Entre as abordagens clássicas sobre o coronelismo, destaca-se o estudo de Victor Nunes Leal, *Coronelismo, enxada e voto* (1949). Para o autor, o coronelismo é um fenômeno consolidado a partir do momento em que o poder público fortalecido opta pela manutenção dos antigos chefes locais (poder privado). O município seria a esfera pública predominante do continuismo e do predomínio da esfera privada sobre a esfera pública.



O "voto de cabresto" foi a mais completa tradução da manipulação das eleições durante a República Velha. Contudo, ainda hoje, a compra de votos, o abuso da autoridade e a utilização da máquina pública em favor de um candidato fazem parte do cotidiano político e eleitoral brasileiro.

As bases políticas desse sistema eram garantidas pelas relações estabelecidas entre os chefes locais (os "coronéis"), os antigos presidentes das províncias (que passaram, com a República, a ser designadas como estados da federação) e os representantes do poder central (União).

As relações entre o coronel e o eleitorado rural baseavam-se no "voto de cabresto", tendo em vista a manutenção da política vigente. Victor Nunes Leal afirma que a população se via submetida aos mmandos e desmandos do potentado rural. O homem do campo vivia em estado de pobreza e ignorância, sem possibilidade de alfabetização nem acesso à informação. A dependência e as relações de favor colocavam o roceiro em estado de subserviência.

Qualquer tipo de manifestação contrária era fortemente reprimida pela figura do jagunço ou da própria polícia, sempre a mando do coronel. O processo eleitoral era viciado pelas fraudes em larga escala, entre outros motivos pela inexistência do voto secreto, sendo o resultado das eleições sempre previsível. Mais do que expressar as preferências dos eleitores, as eleições serviam para legitimar o controle do governo pelas elites políticas estaduais. Quando a República foi instituída, aboliu-se a exigência de renda para ser eleitor ou candidato. Votavam, de forma facultativa, apenas os homens maiores de 21 anos alfabetizados. As mulheres e os analfabetos, que representavam 50% da população, não tinham direito ao voto.



FUNDACAO JOAQUIM NABUCO, RECIFE

Delmiro Gouveia (1863-1917), aqui em foto tirada no final do século XIX, foi um dos poucos exemplos de coronel esclarecido, tendo sido um dos pioneiros da industrialização do país.

### Quem escreveu sobre isso



O jurista Victor Nunes Leal em Brasília (DF), em 1956. Para esse pensador, o coronelismo é um sistema de reciprocidade: votos em troca de favores.

### Victor Nunes Leal

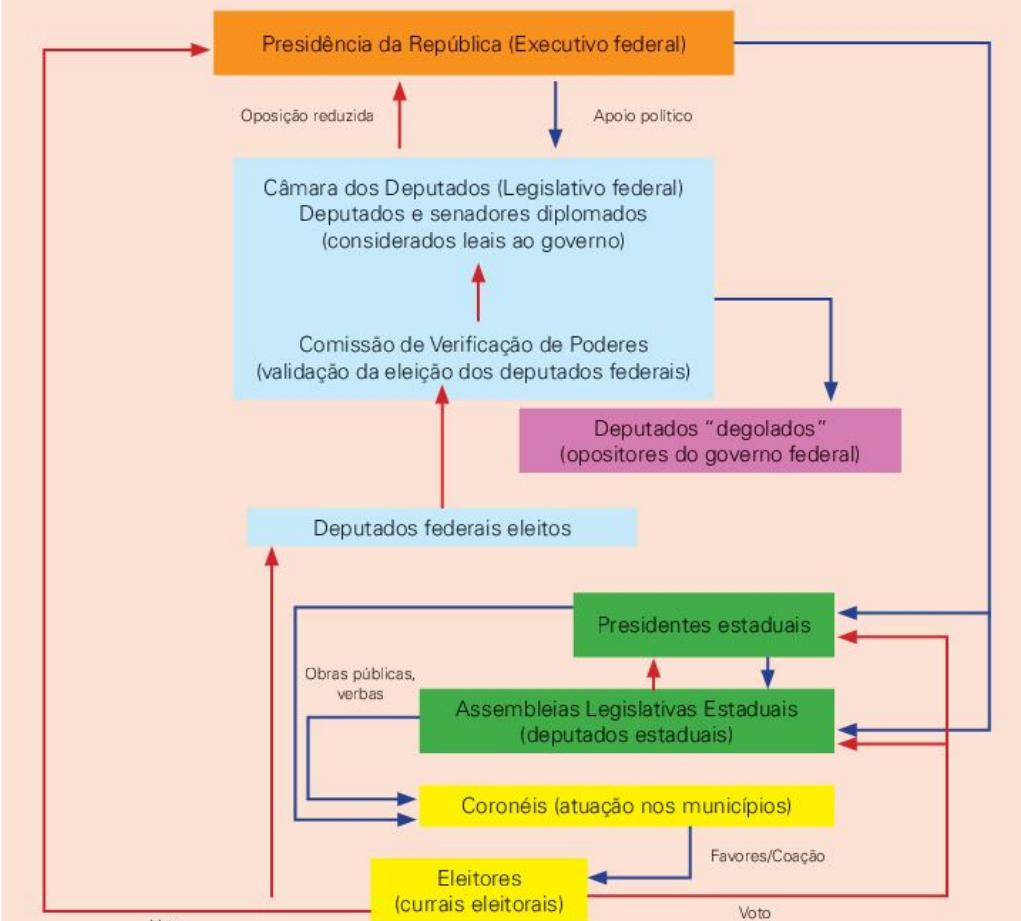
O jurista mineiro Victor Nunes Leal (1914-1985) foi professor da Faculdade de Direito da atual UFRJ, chefe da Casa Civil da Presidência da República (1956-1959) e ministro do Supremo Tribunal Federal (1960-1969) até ser cassado pelo Ato Institucional nº 5. Leal desenvolveu sua principal tese no livro *Coronelismo, enxada e voto* (1949), com base no argumento de que o coronelismo é um sistema de reciprocidade. De um lado, os líderes políticos e os coronéis, que conduzem o "rebanho" de eleitores; de outro, a situação política dominante do Estado, que dispõe dos recursos, dos favores e da força policial.

## Coronelismo

Tendo suas raízes na tradição patriarcal e na estrutura latifundiária brasileira, o termo “coronel” se origina das patentes da Guarda Nacional concedidas pelo imperador dom Pedro II (depois também pelos presidentes de província) principalmente aos membros das elites rurais. A corporação (criada em 1831 e que incluía todos os eleitores) era responsável pela defesa da integridade do Império e, depois, da Constituição federal.

Com o tempo, a patente de coronel tornou-se equivalente a um título de nobreza. Os coronéis adquiriam, dessa forma, autoridade para impor a ordem social em seus redutos, com o uso da violência (se o eleitor votasse em outro candidato, podia perder seu emprego, ser surrado e até assassinado a mando do coronel) e pela troca de favores: nesse caso, o coronel oferecia ao eleitor e aos seus dependentes alimentos, remédios, segurança, vaga em hospital, dinheiro emprestado, emprego etc. Tal prática ainda persiste e é alvo de investigação de instituições como o Ministério Público.

Outra prática política vigente durante a República Velha foi a “política dos governadores”, uma forma de relação entre a União e os poderes regionais na qual a alternância na Presidência da República era assegurada pelos governadores, como se pode ver no quadro abaixo.



ANDERSON DE ANDRADE PIMENTEL

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

A política dos governadores foi um acordo firmado no governo do presidente Campos Sales (1898-1902), em que ele e as oligarquias dos estados comprometiam-se a manter uma relação de apoio mútuo, criando, como consequência, uma dependência política recíproca.

## ◆ A Era Vargas

A Revolução de 1930, que teve participação das camadas médias e dos militares, alçou ao poder o caudilho (termo que caracteriza o líder político-militar que comanda de modo autoritário) gaúcho Getúlio Vargas. Em 1932, a Revolução Constitucionalista, apesar de ter capturado o imaginário popular graças ao apoio de rádios e jornais, foi basicamente um movimento promovido pelos cafeicultores. Contudo, mesmo sufocado, o movimento forçou uma flexibilização do poder por parte de Vargas e propiciou o surgimento da terceira Constituição brasileira, promulgada em 1934.

O Estado Novo, no entanto, outorgou a Constituição de 1937. Sob o autoritarismo do governo Vargas, o Estado modernizou suas estruturas e instaurou uma nova ordem política, social e econômica, inspirada no nacional-desenvolvimentismo. Com sua liderança carismática, e especialmente com sua astúcia política, Vargas buscou atender às reivindicações históricas dos trabalhadores brasileiros (regulamentação da jornada de trabalho, férias remuneradas etc.). Assim, conquistou o apoio do proletariado e da burguesia industrial ao estabelecer o compromisso entre o governo e as elites urbanas para industrializar o país. Esse acordo incorporava as massas emergentes de modo controlado e subordinado. O Estado foi o principal agente e investidor do processo, e a concepção instituída por Vargas continuou pelos anos seguintes, chegando aos dias atuais.

## ◆ Democracia populista

Após a queda de Vargas em 1945, a promulgação da Constituição de 1946 engendrou um Estado influenciado pelos ideais democráticos vigentes em grande parte do Ocidente, em especial nos Estados Unidos. Porém, o período entre 1945 e 1964 foi turbulento, apesar do desenvolvimento econômico verificado particularmente no governo de Juscelino Kubitschek (1956-1960). Essa foi uma fase de breve experiência democrática, contudo manteve restrições políticas aos cidadãos e limitou a construção de um Estado de bem-estar no Brasil.

Com a Constituição de 1946, foram mantidos os direitos sociais e garantidos os direitos civis e políticos. O último governo democrático foi o de Jânio Quadros, que renunciou em agosto de 1961. Na sequência, assumiu o vice João Goulart (conhecido como Jango). Por sua proximidade com o movimento sindical e o Partido Comunista, o governo de Jango sofreu forte pressão da oposição, que era contrária à sua posse, pressão essa que foi mitigada somente com a instituição da segunda experiência parlamentar no Brasil, em 1961 (a primeira havia ocorrido em 1847, durante o reinado de dom Pedro II). O Plano Trienal instituído por Jango, com suas reformas de base (agrária, educacional, fiscal e urbana), não obteve sucesso, e, em 1964, os militares tomaram o poder e iniciaram o mais recente período autoritário da história brasileira.

## ◆ A ditadura militar

O golpe civil-militar de 1964 foi resultado de uma longa conspiração entre políticos da oposição e líderes militares. Com forte viés anticomunista, interrompeu violentamente a experiência democrática do país com o apoio das elites empresariais, dos setores conservadores da Igreja, das camadas médias urbanas e dos grandes produtores rurais. A ditadura militar estendeu-se por mais de 20 anos. Foi um regime marcado pela repressão, que violou duramente os direitos políticos e civis e promoveu práticas como tortura e assassinatos políticos.

Do ponto de vista da economia, o período ficou conhecido como "milagre econômico", por causa das taxas de crescimento do PIB, que alcançaram 10% ao ano em média. Esse surto de crescimento também ficou conhecido como "modernização conservadora", por conta dos níveis de concentração de renda criados pelo "milagre".

### Livro

- ◆ DÓRIA, Palmério; SEVERIANO, Mylton. *Golpe de Estado: o espírito e a herança de 1964 ainda ameaçam o Brasil.*

São Paulo: Geração Editorial, 2015.

O livro mostra as marcas da ditadura militar instaurada no país no ano de 1964 e que permanece até os dias atuais. Por meio dos depoimentos de quem viveu esse tempo sombrio, reflete sobre os atos desumanos e sua herança, revelando uma memória vívida desse período cujas sombras continuam sobre nós.

## ◆ Nova República

Após a aprovação da Lei da Anistia, em 1979, que impediria a incriminação daqueles que haviam cometido crimes políticos (assassinatos, tortura e ocultação de cadáveres, entre outros) no período anterior, teve início a abertura política, que culminaria no fim do regime civil-militar, em 1985. O Estado brasileiro entrou em uma nova fase democrática, cuja maior expressão foi a promulgação da nova constituição, em 1988. Dessa vez dentro dos limites institucionais, a manifestação popular esteve presente em todos os momentos da transição política. Movimentos como o das Diretas Já contribuíram para a instalação do novo regime democrático, com eleições regulares, pluralidade partidária, liberdade de expressão, igualdade jurídica etc. Sem o povo nas ruas, nada teria mudado.

No início dos anos 1990, o Estado brasileiro passou por um duro teste: o *impeachment* de Fernando Collor de Mello, o primeiro presidente eleito por eleições diretas desde 1960. Sob acusações de corrupção, o governo Collor perdeu o apoio de políticos e empresários e foi duramente combatido nas ruas por significativos contingentes populares, em especial os "caras-pintadas", estudantes que exigiam a cassação do presidente.

Temendo a cassação pelo Congresso Nacional, Fernando Collor renunciou ao cargo em dezembro de 1992. Mesmo assim, seus direitos políticos foram suspensos por oito anos. Por causa da renúncia, o vice Itamar Franco assumiu o poder e nomeou Fernando Henrique Cardoso (FHC) como ministro da Fazenda. O governo Itamar conseguiu superar a crise política e a hiperinflação, e o Brasil aprofundou as reformas iniciadas no governo Collor.

O governo de FHC seguiu as políticas de privatização e de regulação dos gastos públicos para atingir o *superávit primário* (quando as receitas são maiores que os gastos), seguindo as diretrizes do Fundo Monetário Internacional (FMI) e do Banco Mundial, estabelecidas no Consenso de Washington. Apesar da estabilidade econômica decorrente do plano Real, as consequências das políticas neoliberais adotadas, como a redução da atividade econômica e o aumento do desemprego, somadas ao contexto de crise energética e à recessão nos planos nacional e internacional, levaram à derrota do PSDB, o partido governista, nas eleições de 2002.

Por reivindicar transformações políticas que trouxeram de volta a população às ruas, o movimento dos "caras-pintadas" foi protagonizado pela juventude brasileira, que, por vezes, fazia referência aos chamados "anos rebeldes" da década de 1960. Na foto, uma multidão toma a avenida Brigadeiro Luís Antônio, na região central da capital paulista (SP, 1992).



O movimento social Diretas Já apoiava o projeto de lei proposto pelo deputado federal Dante de Oliveira, que instituiria a realização de eleições diretas para presidente. O movimento teve a participação dos mais variados setores da sociedade e apontava claramente para o esgotamento da ditadura militar no Brasil. Na foto, manifestação de funcionários de estatais, na capital paulista (SP, 1984).

O governo de Luiz Inácio Lula da Silva foi o primeiro no qual um ex-operário se viu alcançado ao poder. Líder do Partido dos Trabalhadores (PT), Lula buscou o apoio de uma ampla aliança política que reunia empresários, sindicalistas, camadas médias e inúmeros artistas e intelectuais militantes.

Ao suavizar as políticas neoliberais, o governo Lula avançou em programas sociais de redistribuição de renda, cuja maior expressão foi o programa Bolsa Família. Além disso, seu governo privilegiou o mercado interno e consolidou os fundamentos macroeconômicos do país. Essas conquistas projetaram fortemente a imagem do Brasil no mundo.

Contudo, o governo Lula foi marcado por práticas de clientelismo e corrupção, cuja maior expressão foi a Ação Penal 470, também conhecida como *Mensalão*. Apesar disso, em 2010, os altos índices de aprovação do governo Lula levaram à eleição da ex-ministra da Casa Civil, Dilma Rousseff, que assim se tornou a primeira mulher a ocupar a Presidência da República no Brasil.

Ex-integrante de grupos que atuaram na luta armada contra o regime militar, Dilma prometia, em seu primeiro mandato, erradicar a pobreza e modificar o sistema tributário brasileiro, bem como flexibilizar os fundamentos macroeconômicos vigentes desde o governo Itamar Franco. Nenhuma dessas ações foi exitosa. Além disso, eventos como as manifestações populares de 2013 e os protestos contra os elevados gastos públicos para a disputa da Copa do Mundo de Futebol, em 2014, atingiram seu governo e sua popularidade. Assim, foi com grande dificuldade que ela superou o senador Aécio Neves (PSDB) nas eleições de 2014.

Em seu segundo mandato, Dilma enfrentou graves dificuldades políticas e econômicas, bem como fortes escândalos de corrupção, na maioria ligados ao pagamento de propinas nas licitações de grandes empresas controladas pelo Estado, como a Petrobras.

A Operação Lava Jato, deflagrada em 14 de março de 2014, pela Polícia Federal, investigou a lavagem de dinheiro e a evasão de divisas que envolvem grandes empreiteiras organizadas em cartel que pagavam propinas a diretores e gerentes da Petrobras e a políticos de vários partidos.

Os desafios da história política brasileira apontaram então para a necessidade de uma nova consciência de cidadania e participação popular. O combate à corrupção e a separação entre o público e o privado se mostraram condições fundamentais para a construção de uma sociedade democrática mais igualitária e justa. O nepotismo (favorecimento de parentes por quem detém cargo público), por exemplo, é um típico exemplo de mistura e predomínio do privado sobre o público e, embora oficialmente proibido, é um mal que ainda não se extinguiu.

Assim, a transformação do Brasil em um país mais justo e democrático é responsabilidade de todos aqueles que sonham com uma sociedade melhor para todos e que lutam por ela. Vamos encarar esse desafio? Afinal, sem mobilização social nada se transforma.



Programas de redistribuição de renda, como o Bolsa Família, chegaram a atender mais de 50 milhões de pessoas em todo o território nacional.

### O quarto poder

A mídia tem desempenhado um papel de destaque na política brasileira, influenciando as ações do governo e o comportamento da sociedade. Muitas vezes, extrapola a função de levar informação ao povo. Atualmente, as disputas políticas são ininteligíveis se não considerarmos a influência da mídia, que, com frequência, atua para construir ou destruir a credibilidade de políticos, de acordo com os interesses dos grupos que a controlam. Graças a essa capacidade de manipular a opinião pública e de influenciar escolhas e comportamentos dos indivíduos, passou-se a utilizar, informalmente, a expressão “quarto poder” – em alusão aos três poderes característicos do Estado democrático (Legislativo, Executivo e Judiciário) – para se referir aos meios de comunicação de massa.

A televisão é o meio de comunicação de maior alcance no país. De acordo com a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad) de 2011, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o aparelho de televisão está presente em 96,9% dos domicílios, uma ocorrência maior do que a de outros bens duráveis, como geladeira (95,4%), máquina de lavar roupa (51,3%) ou filtro de água (53,4%).

Essa difusão é amplamente utilizada pelos políticos como forma de conseguir apoio popular. Embora seja proibido pela Constituição federal, muitos dados apontam para um estreito vínculo entre a mídia e os políticos.

Conforme o artigo 54 da Constituição federal, deputados e senadores não podem “firmar ou manter contrato com pessoa jurídica de direito público, autarquia, empresa pública, sociedade de economia mista ou empresa concessionária de serviço público”. Essa determinação aplica-se, por extensão, aos deputados estaduais e prefeitos. O artigo seguinte determina que, no caso de infração ao artigo 54, o parlamentar perderá o mandato. No entanto, uma pesquisa realizada pela Agência Repórter Social, que buscou identificar os parlamentares federais eleitos para atuar no quadriênio 2007-2010 que possuíam vínculo com rádio ou televisão, apontou 53 deputados federais e 27 senadores com algum tipo de controle sobre veículos de comunicação. Essa quantidade representava 10% da Câmara e um terço do Senado.

O artigo “Coronelismo, radiodifusão e voto: a nova face de um velho conceito”, publicado em 2005 por Suzy dos Santos e Sergio Capparelli (disponível em <[http://www.pos.eco.ufrj.br/docentes/publicacoes/suzy\\_coronelismo.pdf](http://www.pos.eco.ufrj.br/docentes/publicacoes/suzy_coronelismo.pdf)>; acesso em 26 fev. 2016), aponta que, na época, 128 emissoras de televisão e 1.765 retransmissoras estavam nas mãos de políticos. Em sites como o do projeto Donos da Mídia e da organização Intervozes – Coletivo Brasil de Comunicação Social –, é possível encontrar listagens de políticos vinculados aos meios de comunicação.

A capacidade da mídia de manipular informações em benefício de interesses políticos pode ser exemplificada pela cobertura jornalística das manifestações pela volta das eleições diretas, em 1984. Nesse contexto de reivindicações, um dos eventos reuniu centenas de milhares de pessoas na Praça da Sé, em São Paulo. O noticiário de uma grande emissora, no entanto, apresentou o evento como parte das comemorações pelo aniversário da cidade, fazendo apenas uma rápida menção à reivindicação pelas eleições diretas para presidente. No mesmo período, muitos outros eventos em defesa da causa foram omitidos pelas grandes redes de televisão.

Fica evidente, portanto, que a atuação desse “quarto poder” muitas vezes se sobrepõe aos princípios estabelecidos pela Constituição e interfere de maneira não regulada nas esferas de atuação política. Dessa forma, a discussão sobre política, acesso à informação e mídia torna-se urgente e fundamental para a garantia da democracia.

### O direito ao voto dos adolescentes: a participação dos jovens na vida política brasileira e a reforma política

Uma das formas centrais de participação na vida política em uma democracia consiste no voto. A Constituição federal de 1988 prevê o voto obrigatório a partir dos 18 anos, porém estabelece o voto facultativo a partir dos 16 anos. Outras formas de participação popular são também previstas na Constituição, como os referendos e plebiscitos. O artigo 14 afirma que "A soberania popular será exercida pelo sufrágio universal e pelo voto direto e secreto, com valor igual para todos, e, nos termos da lei, mediante: I – plebiscito; II – referendo; III – iniciativa popular".

Os jovens constituem cerca de 24% da população votante do país, e, de acordo com pesquisa da Secretaria Nacional da Juventude, em 2013, 54% dos jovens consideravam a política algo "muito importante". Os jovens brasileiros têm se tornado protagonistas na vida política do país. Embora vistos como "desinteressados", têm participado da vida política não apenas pelos meios institucionais, mas também construindo intervenções originais e novas formas de ativismo.

Um dos momentos de maior protagonismo dos jovens foi durante o *impeachment* de Fernando Collor. Naquela ocasião, integrantes do movimento estudantil foram às ruas denunciar a situação política do país. Mesmo antes, durante as Diretas Já e na luta contra a ditadura, os jovens se destacaram pela sua organização política em defesa da democracia.

Nos últimos anos, as formas de ativismo que usam a internet, assim como as mais horizontais e apartidárias de organização política, parecem ser as que mais atraem os jovens. As pautas ligadas ao consumo consciente, feminismo, criminalidade, meio ambiente, direitos dos animais, direito à cidade e a seus equipamentos urbanos refletem alguns dos engajamentos contemporâneos dos adolescentes. Em 2013, as manifestações de junho levaram ao questionamento de propostas importantes no Congresso. Uma delas foi a de reforma política, que discute mudanças constitucionais nas regras eleitorais. Um dos debates mais polêmicos dessa reforma é a forma de financiamento das campanhas eleitorais, já que, historicamente, as eleições são financiadas tanto pelo Estado (fundo público) quanto pela sociedade (por meio das doações privadas).

A reforma pretende alterar ou aprimorar as regras previamente estabelecidas nos seguintes dispositivos: Lei nº 9.096/95 (alterada pela Lei nº 11.459/07) que regulamenta os artigos 14 e 17 da Constituição de 1988, criando critérios de distribuição do Fundo Partidário; Lei nº 9.504/97, a Lei das Eleições, que prevê a prestação de contas das campanhas eleitorais; Lei nº 11.300/2006 (alteração da Lei nº 9.504/97), que proíbe a distribuição de brindes e a realização de showmícios, além de fixar limites a gastos de campanha em cada eleição, para cada cargo.

#### Atividade

Para compreender os motivos pelos quais muitos adolescentes não votam, realizem uma enquete entre os estudantes de sua escola ou ano. O universo da enquete pode ser limitado aos jovens entre 16 e 18 anos.

Desenvolva a atividade da seguinte forma:

1. Divisão da turma em duplas;
2. Elaboração do questionário, que pode conter, por exemplo, as seguintes perguntas:
  - Você acredita que adolescentes entre 16 e 18 anos estão aptos a votar?  
Sim. / Não. / Não sabe. / Não respondeu.
  - Pretende votar nas próximas eleições?  
Sim. / Não. / Não sabe. / Não respondeu.
  - Se você não pretende votar nas próximas eleições, qual é o motivo?  
Preguiça. / Falta de tempo. / Desconhecimento dos candidatos. / Outro. Qual?

3. Cada dupla ficará responsável por entrevistar aproximadamente 20 pessoas.

4. Encerrada a etapa de aplicação dos questionários, será feita a tabulação das perguntas, ou seja, o levantamento dos percentuais de respostas.

5. Elaboração dos quadros de resultados, que podem ser expressos por meio de gráficos, tabelas, relatórios etc.

6. Debate dos resultados.

Vale lembrar que as redes sociais são espaços muito interessantes para a realização de enquetes. Quem desejar conhecer mais sobre as enquetes virtuais, pode acessar o seguinte site:

- <[www.enquetes.com.br](http://www.enquetes.com.br)>. (Acesso em: fev. 2016.)